

17

CAPÍTULO

ACESSIBILIDADE FÍSICA NO ENSINO SUPERIOR – AS TRILHAS DA INCLUSÃO

Tartuci, Tânia Maria ¹; Flores, Maria Marta Lopes ²

¹ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFG/CAC

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFG/CAC

* email: taniatartuci@hotmail.com

RESUMO

Este artigo tem como finalidade apresentar um recorte da pesquisa desenvolvida no mestrado, tendo como tema o processo de inclusão de alunos com deficiência no ensino superior. O recorte temporal da pesquisa abarcou o período compreendido entre os anos de 2003 a 2012. O estudo partiu da hipótese que o acesso de alunos com deficiência no ensino superior não tem sido acompanhado por uma reestruturação que possibilite a eles permanecerem na universidade. Buscou compreender como tem se dado o ingresso e a permanência de alunos com deficiência no ensino superior, especificamente, em cursos de graduação, na modalidade presencial, do Campus Catalão/UFG, a partir da publicação da

Portaria Ministerial 3.284 publicada em 2003. Esta estabelece os requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência para instruir processos de autorização, reconhecimento de cursos e instituições de ensino superior, bem como, para renovação daqueles já existentes. Junte-se a esse fato, que no mesmo ano, tem início o processo de expansão das IFES, que visa, dentre outros objetivos, ampliar o acesso à universidade. A fim de diagnosticar a acessibilidade das rotas, foi aplicado um protocolo de acessibilidade física, a partir de rotas definidas tendo-se em vista, os caminhos e os destinos mais frequentados pelos alunos. A aplicação do protocolo de acessibilidade forneceu dados reais sobre elementos de acessibilidade física, carentes de atenção, de modo a se adequarem às necessidades do novo alunado da universidade. Os resultados apurados indicaram que existe pouca acessibilidade física.

Palavras-chave: Acessibilidade física; Alunos com deficiência; Ensino superior.

Revisado pela Orientadora Maria Marta Lopes Flores, contato: mmlopeslores@brturbo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte da dissertação de mestrado, desenvolvida no período de março/2012 a fevereiro/2014. Apresenta os resultados apurados na investigação sobre acessibilidade física nas dependências do Campus Catalão (CAC), hoje, Regional Catalão – Campus 1 da Universidade Federal de Goiás.

O processo de inclusão educacional, implantado inicialmente na educação básica, só recentemente chegou ao ensino superior. Esse é um movimento natural, haja vista que, com o passar dos anos, o aluno que concluiu o ensino médio, com ou sem deficiência, vai ingressar no ensino superior.

Nesse sentido, as estatísticas demonstram que o movimento de inclusão educacional junto ao ensino superior já é uma realidade. Segundo Moreira, Bolsanello e Seger (2011), estudos realizados por Moreira (2004) evidenciavam que os censos educacionais da década de 1990 não apresentavam informações sobre alunos com deficiência no ensino superior brasileiro, caracterizando uma invisibilidade desse alunado. Segundo as autoras, a partir do censo educacional de 2000, esse alunado já aparecia, numericamente, e as estatísticas demonstravam o seu crescimento no ensino superior.

De acordo com informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), referente a 2010 (INEP, 2012), a porcentagem de alunos com deficiência que ingressaram por meio de reserva de vagas, via processo seletivo, foi de 0%, embora se verifique que os números demonstram uma evolução significativa do acesso desse alunado nas Instituições de Ensino Superior (IES) em relação aos anos anteriores. Tais alunos ingressaram não por meio de reserva de vagas, mas através do sistema universal de seleção.

Dessa forma, ainda que o aluno com deficiência esteja ingressando em uma universidade, ele não aparece estatisticamente, sugerindo inexistência ou, ainda, invisibilidade dele na universidade. Uma terceira possibilidade é que, frente aos demais tipos de reserva de vagas (procedente de escola pública, pretos, pardos, indígenas), os alunos com deficiência ainda são em número bastante reduzido, não fazendo volume, estatisticamente, nos números oficiais.

No CAC, o processo de inclusão de alunos com deficiência que ingressaram no ensino superior não foi diferente do que vem ocorrendo em outras regiões brasileiras. Conforme dados fornecidos pelo Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal de Goiás (UFG), a partir de 2005, os alunos com deficiência começaram a ingressar na universidade em número reduzido: eram dois alunos em toda a UFG; destes, um evadiu e apenas um prosseguiu nos estudos até a integralização curricular.

Ainda, segundo informações fornecidas pelo Núcleo de Acessibilidade, em 2008, de dois alunos com deficiência, matriculados na UFG, um deles foi matriculado no CAC, sendo o primeiro que consta nas suas estatísticas. Até o ano de 2012, os alunos com deficiência, matriculados no CAC, eram em número de dez alunos. Antes desse período, não se falava, ainda, em reserva de vagas, condições especiais, provas diferenciadas, intérpretes ou outros mecanismos disponibilizados para o estudante com deficiência.

Silva e Bonatto (2010, p. 221) observam que a década de 90 trouxe como diretriz da inclusão de alunos com deficiência, dentro do espaço educacional, “[...] a adaptação do ambiente às necessidades especiais desse segmento social.”, esse o tema do presente artigo.

2. ACESSIBILIDADE FÍSICA E INCLUSÃO

Acessibilidade é um tema que está em evidência no Brasil, desde que foi declarado pelas Nações Unidas o Ano Internacional dos Portadores de Deficiência, em 1981 (LEITE, 2011), mas a acessibilidade no ensino superior adquiriu força com o ingresso dos alunos com deficiência nesse nível educacional.

Segundo Manzini (2005, p. 32), “[...] a acessibilidade é um caminho para a inclusão [...]” do aluno com deficiência no contexto da universidade. O mesmo autor observa que a estrutura (física e administrativa) da instituição é que garante a acessibilidade e que “As condições de acessibilidades presentes na estrutura física das instituições, [...] e universidades devem estar relacionadas às políticas inclusivas das estruturas administrativas, que devem refletir uma atitude de luta contra a exclusão.” (MANZINI, 2005, p. 32).

Moreira (1999) apresentou alguns requisitos necessários à permanência desse alunado, os quais, ainda hoje, se mostram atuais. Segundo a autora, uma permanência de qualidade a todos os alunos “[...] implica na queda de barreiras físicas [...]” (MOREIRA, 1999, p. 12).

Segundo Souza (2010, p. 43), as IES passam a “[...] ter uma maior preocupação com a adaptação arquitetônica para o atendimento aos estudantes com deficiência”, após a publicação da Portaria 3.284/2003 do Ministério da Educação (MEC) (BRASIL, 2003). Tal colocação se justifica uma vez que a referida Portaria traz, em seu preâmbulo, que, tendo em vista “[...] a necessidade de assegurar aos portadores de deficiência física e sensorial condições básicas de acesso ao Ensino Superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino [...]”, algumas condições de acessibilidade devem ser observadas. (BRASIL, 2003). Esse documento traz a especificação

dos requisitos de acessibilidade que devem ser incluídos nos instrumentos de avaliação dos cursos superiores.

É importante salientar, que o recorte temporal da pesquisa – de 2003 a 2012, foi definido, considerando-se a publicação da citada Portaria 3.284/2003, que toma como referência de acessibilidade a Norma Brasil 9.050/2004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que trata da acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos. Ela dispõe em seu texto sobre os requisitos de acessibilidade às pessoas com deficiência para instruir a autorização e reconhecimento de cursos e credenciamento de IES, bem como para a renovação dos cursos e universidades já existentes, conforme as normas em vigor.

Conhecendo o CAC antes da implantação do programa de expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), e hoje, com a expansão se consolidando, é possível verificar o crescimento vertiginoso que ali se procedeu nas obras, na comunidade acadêmica e até mesmo, no espaço físico, uma vez que houve necessidade de locação de imóveis nas suas imediações. Percebe-se uma transformação ousada para um *campus* universitário, localizado fora da sede, em um município que dista 256 quilômetros de sua reitoria.

Por outro lado, pode-se perceber, também, que o programa de expansão das IFES não foi implantado com uma reestruturação condizente com o tamanho do crescimento a que se propôs. Segundo Mendes (2006, p. 399), “[...] faltam aspectos básicos para garantir não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso desses alunos com necessidades educacionais especiais matriculados [...]”.

Diante destas considerações, analisar as condições de acessibilidade é uma necessidade. Corrêa (2010, p. 151) observa que uma escola construída a partir de “[...] projetos arquitetônicos que considerem a proposta inovadora do paradigma da inclusão [...]” deve apresentar boas condições de acessibilidade.

Uma pesquisa realizada em IES do Estado do Paraná, (SILVA, V., 2008, p. 51), possibilitou observar que a “[...] falta de condições de acesso às instituições públicas e privadas são causas de denúncias ou reivindicações das pessoas com deficiência.”

Nesse sentido, a Lei 7.853 de 24/10/1989, no artigo 2º, Parágrafo Único diz que “[...] os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar [...] tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar [...]” e conclui no item V, “[...] na área das edificações: a) a adoção e a efetiva execução de normas que garantam a funcionalidade das edificações [...] que evitem ou removam os óbices às pessoas portadoras de deficiência, permitam o acesso destas a edifícios [...]”. (BRASIL, 1989).

Dez anos mais tarde, o Decreto 3.298/1999, criado para regulamentar a Lei 7.853/89, consolida as normas de proteção às pessoas com deficiência, no seu artigo 24, dizendo que os órgãos responsáveis pela educação,

dispensarão tratamento prioritário e adequado [...] viabilizando, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

[...] § 5º Quando da construção e reforma de estabelecimentos de ensino deverá ser observado o atendimento as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT relativas à acessibilidade. (BRASIL, 1999).

Em relação ao mesmo assunto, Corrêa (2010, p. 152) observa que,

a mera aplicação das normas técnicas já existentes para regulamentar a acessibilidade física em edifícios públicos, como as escolas, não garante boas condições de uso, porque, antes, devem ser planejadas e elaboradas formas de adaptar esses lugares, baseadas na compreensão das necessidades dos alunos com deficiência e, também, das barreiras arquitetônicas existentes nas escolas.

Assim, o presente estudo observou se o CAC segue o modelo de construção que atenda ao desenho universal, considerando que a NBR 9050, define desenho universal como sendo “[...] Aquele que visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população.” (ABNT, 2004, p. 3). Identificou os caminhos ou rotas percorridas com maior frequência pela comunidade acadêmica do CAC, bem como pelos visitantes que por ali circulam eventualmente. Além das rotas, analisou, também, prédios construídos após a publicação da Portaria 3.284/2003 (BRASIL, 2003), os quais se situam no final do percurso das referidas rotas.

3. PROTOCOLO DE ACESSIBILIDADE FÍSICA – IDENTIFICANDO AS ROTAS

Para verificar se as leis de acessibilidade estavam sendo cumpridas no sentido de atender ao desenho universal e às normas da NBR 9050 (ABNT, 2004), foi construído um protocolo com base nos estudos de Audi (2004) e Audi e Manzini (2005, 2007). Este protocolo contempla “[...] uma ampla gama de elementos arquitetônicos e rotas [...]” (PAULINO; CORRÊA; MANZINI,

2008, p. 3), percorridas pelos alunos regularmente. Segundo Corrêa e Manzini (2012), o uso de instrumentos específicos de avaliação é imprescindível para que se consiga analisar as condições de acessibilidade.

Audi e Manzini (2007, p. 4) observam que rotas são os caminhos pelos quais os alunos transitam dentro de uma escola. Corrêa (2010, p. 153), na mesma direção, ressalta que “As rotas são os trajetos contínuos, desobstruídos e sinalizados, os quais propiciam o livre caminhar de todas as pessoas, no ambiente escolar”, sendo esta a definição encontrada na NBR 9050 (ABNT, 2004).

Embora o CAC não possua nenhum trajeto “sinalizado”, conforme define a NBR 9050 - item 3.37 (ABNT, 2004), as rotas foram pensadas visando percorrer os caminhos por onde os alunos transitam frequentemente.

Dessa forma, a primeira etapa da pesquisa foi definir as rotas com os prédios que as constituiriam e alguns detalhes importantes: início, término e data de inauguração dos prédios localizados ao final das mesmas. A definição das rotas se deu a partir de diferentes pontos de partida e de chegada, considerando-se a necessidade de abranger uma maior área em direção a ambientes normalmente frequentados pelos alunos. As rotas ficaram assim constituídas: rota 1 – origem na entrada principal (Avenida Dr. Lamartine Pinto de Avelar) com destino ao Bloco Didático 1 (inaugurado em dezembro/2009); rota 2 – origem no Bloco Didático 1 com destino ao Bloco Didático 2 (inaugurado em dezembro/2009); rota 3 – origem no Bloco Didático 2 com destino à Biblioteca (inaugurada em junho/2004); rota 4 – origem no Bloco Didático 1 com destino ao CGA (inaugurado entre 2007 e 2008); rota 5 – origem no Bloco Didático 1 com destino ao Bloco de Laboratórios (inaugurado em dezembro/2009).

Como este estudo não contemplou todas as edificações existentes na Unidade pode-se dizer que o levantamento foi feito por amostragem, procurando contemplar os locais mais frequentados pelos alunos, sendo analisados prédios construídos recentemente (nos últimos dez anos). É importante salientar que, dentre as construções analisadas nas cinco rotas, apenas a Biblioteca não é decorrente do processo de expansão implantado pelo governo federal, tendo sido construída com verba proveniente de doação do governo estadual.

Conforme Corrêa e Manzini (2012) recomendam foram observados elementos arquitetônicos presentes nas cinco rotas, os quais pudessem favorecer a locomoção de pessoas com deficiência física/motora (rampas e vias, sanitários, elevadores, etc.), ou, ainda, servirem de entraves à livre locomoção de toda e qualquer pessoa que por ali precisasse transitar.

Para realizar a coleta de dados foi usada uma planilha contendo os itens definidos no protocolo, um bloco de papel para anotações, caneta, uma trena de

1m50cm, uma câmera fotográfica digital, os mesmos procedimentos utilizados por Corrêa (2010).

Com a finalidade de definir cada rota, conforme Corrêa (2010, p. 153), decidiu-se que o método adequado seria percorrê-las, individual e integralmente, anotando e avaliando “[...] os itens que compõem cada uma delas.” As rotas foram percorridas diversas vezes, quantas foram necessárias, de modo a contemplar todos os elementos requeridos no protocolo.

Definidas as rotas, foi construído um quadro completo com as descrições, detalhadas, do caminho percorrido em cada uma delas, os obstáculos, o tipo de piso, as rampas existentes, ou seja, elementos arquitetônicos presentes em cada rota e a descrição de cada prédio encontrado no final da rota. Foi apresentada, também, uma fotografia com a visão geral do prédio de destino, ou com alguma particularidade verificada na rota.

É preciso considerar que o *campus* se encontra em obras desde o início da implantação do programa de expansão das IFES. Segundo informações, o Centro de Gestão do Espaço Físico (CEGEF) tem se mobilizado para que os projetos arquitetônicos sejam providos de acessibilidade, conforme previsto nas normas específicas.

Foram observados em cada rota: os tipos de pisos, largura dos corredores, existência de rampas, linhas guia, escadas e obstáculos (árvores, postes de luz, lixeiras, buracos, valetas de água, bueiros), e, em cada prédio do final da rota, os tipos de piso, larguras de portas, tipos das maçanetas, banheiros, bebedouros, escadas, elevadores, corrimãos.

Estes elementos foram analisados conforme as características de acessibilidade determinadas para cada um dos itens existentes nas rotas, como explicitado pela ABNT (2004), por Corrêa (2010) e Manzini (2005).

4. AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE FÍSICA – OS RESULTADOS

Seguindo os procedimentos, tal como indicado por Corrêa (2010, p. 96), os dados coletados no CAC foram representados através de gráficos, os quais “[...] seguem a lógica de comunicação de um semáforo de trânsito [...]” (do verde ao vermelho, passando pelo amarelo e algumas variações). Corrêa (2010) convencionou 3 tipos de acessibilidade: boa, média e ruim, sendo que o verde mais forte significa mais acessível, o amarelo ou laranja acessibilidade média e o vermelho mais forte significa menos acessível, ou ainda, que a letra “a” no modelo de protocolo de acessibilidade física utilizado, simboliza o mais

acessível e, a letra “f”, o menos acessível. Essa disposição estava presente em todos os gráficos. Os itens ausentes em alguma rota foram representados na cor azul. Neste recorte, no entanto, os resultados são apresentados através de comentários, conforme a qualificação de acessibilidade tenha sido considerada boa, média ou ruim.

Assim, o primeiro item avaliado, está relacionado à existência de linhas guia nos caminhos, calçadas ou corredores, tendo sido verificado que nenhuma das rotas é constituída de linhas guia, por isso, foram consideradas com acessibilidade ruim.

No segundo item avaliado, a largura dos corredores externos, verificou-se que as rotas 2 e 5 apresentaram acessibilidade boa, uma vez que possuem área de circulação maior que 1,50 m, possibilitando a circulação lado a lado, de duas pessoas em cadeiras de rodas, em todo o trajeto (ABNT, 2004). As rotas 1 e 4 apresentaram acessibilidade ruim, por possuírem área de circulação de largura variável, com alguns trechos do trajeto com largura inferior a 1,20 m, portanto, abaixo do recomendado. Essas duas rotas apresentaram trechos com largura inferior a 0,80 m, o que não permite o deslocamento de uma pessoa em cadeira de rodas. A rota 4 possui, em alguns trechos, largura entre 1,20 m e 1,50 m, o que configura acessibilidade média por permitir a circulação de um pedestre e um cadeirante, um ao lado do outro (ABNT, 2004).

No terceiro item – largura da porta de entrada dos prédios, observou-se que as rotas 1, 2, 3 e 5 possuem portas com largura superior a 80 cm e sem desnível na soleira, sendo consideradas mais acessíveis. A Rota 4 não possui porta de acesso para alunos, considerando que o aluno é atendido do lado de fora, em balcões de atendimento. Esses balcões de atendimento possuem, em relação ao piso, a altura de 1,16m na Coordenadoria de Matrícula e 0,99m na Coordenadoria de Controle Acadêmico. Conforme a NBR 9050 (ABNT, 2004, item 9.5.2.1), os balcões de atendimento devem ter, no máximo, 0,90 m do piso, avançando para fora.

No quarto item, analisou-se os tipos de piso existentes nos prédios de destino das rotas, ou seja, no hall de entrada do prédio, salas de aula, salas de vídeo e laboratórios. As rotas 1, 2, 3 e 5 apresentam piso do tipo liso, considerado perigoso, principalmente quando molhado. A rota 4 apresenta piso do tipo áspero, mais acessível que o piso liso, contudo, é preciso destacar que essa rota não considera o interior do Centro de Gestão Acadêmica (CGA), mas somente a parte externa, onde ficam situados os balcões de atendimento anteriormente citados.

Verificou-se no quinto item, os tipos de acesso aos diversos pavimentos dos prédios de destino. As rotas 1 e 2 são constituídas por elevador e escada, sendo

o elevador o elemento mais acessível que a rampa, e, a escada, o elemento com acessibilidade ruim. A rota 3 apresenta uma plataforma elevatória, também considerada com acessibilidade melhor que a da rampa, sendo permitida em edificações de uso público ou coletivo, conforme item 6.8.3.1. da NBR 9050 (ABNT, 2004). A rota 4 é constituída de um único piso térreo, portanto, sem necessidade de elevadores, rampas ou escadas, o que é considerado com acessibilidade boa. A rota 5 é provida de rampa e escada, sendo que a rampa possui uma acessibilidade de nível médio, portanto, mais acessível que a escada, que possui acessibilidade ruim.

No sexto item – largura das portas das salas de aula, salas de vídeo e laboratórios, observou-se que as portas das salas localizadas nas rotas 1, 2 e 5 possuem acessibilidade boa, por permitirem a transposição por uma pessoa em cadeira de rodas, porém, a rota 5 apresenta, ao mesmo tempo, salas com acessibilidade abaixo da média considerada boa, uma vez que não permite a passagem de uma pessoa em cadeira de rodas. As rotas 3 e 4 não possuem salas de aula, laboratórios ou salas de vídeo. Todas as portas não possuem revestimento resistente a impactos, como recomendado (ABNT, 2004).

No sétimo item – tipos de maçanetas das portas das salas de aula, as rotas 1 e 5 apresentam maçanetas com nível de acessibilidade boa (tipo alavanca e com altura adequada), mas apresentam, também, maçanetas que possuem menor acessibilidade para manuseio (outros tipos que não alavanca, mas com altura adequada). Segundo o item 6.9.2.3 da NBR 9050 (ABNT, 2004), “As portas devem ter condições de serem abertas com um único movimento e suas maçanetas devem ser do tipo alavanca, instaladas a uma altura entre 0,90 m e 1,10 m.” A rota 2 possui maçanetas do tipo alavanca dispostas na altura recomendada, apresentando, portanto, acessibilidade boa. Nas rotas 3 e 4 não foram encontradas maçanetas e elas não possuem portas a serem manuseadas pelos alunos.

No oitavo item avaliado – tipos de bebedouros, apenas uma rota possui um bebedouro com algum elemento de acessibilidade, ou seja, com dupla altura de torneira, mas sem base recuada e sem barras de apoio, que é a rota 1. Os demais bebedouros são do tipo que apresentam torneira com altura única, sem base recuada e sem barras de apoio, ou seja, nenhum elemento de acessibilidade. O maior problema identificado nesse item foi na rota 3, que possui um único bebedouro para os quatro pisos. Segundo a norma NBR 9050, deve ser respeitado o mínimo de um bebedouro por pavimento, sendo que 50% deverão ser acessíveis, (ABNT, 2004).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de inclusão apresenta, com a chegada dos alunos com deficiência, a exigência de novas ações, novas demandas, novos encaminhamentos, que incluem, entre outras demandas, adaptações físicas que viabilizem o direito de ir e vir das pessoas, com relativa autonomia.

O presente estudo foi realizado com o objetivo de compreender de que forma tem se dado o processo de inclusão de alunos com deficiência no CAC, partindo da hipótese de que o acesso de alunos com deficiência no ensino superior não tem sido acompanhado por uma reestruturação que possibilite a eles permanecerem na universidade.

Dessa forma, foi traçada uma visão da constituição do CAC, enquanto um campus localizado no interior do Estado, e com uma estrutura (física e de pessoal) ainda em fase de construção e consolidação.

A aplicação do protocolo de acessibilidade se deu em função de identificar possíveis barreiras à permanência de alunos com deficiência na instituição, os quais possuem os mesmos direitos que os demais alunos.

Diversos problemas foram percebidos ao caminhar pelas rotas. Foram escolhidas as rotas mais fáceis para transitar, mas, ainda assim, foram consideradas difíceis de serem transpostas. Um discente cadeirante, ou um discente com cegueira, enfrenta grandes dificuldades para transitar pelos caminhos dentro da instituição. O conceito de acessibilidade traz que as edificações, os espaços, devem possibilitar que qualquer pessoa se locomova com “autonomia”, ou seja, sozinho. Isso nem sempre acontece no CAC em relação a um aluno com deficiência, uma vez que nem o aluno com cegueira, nem o aluno cadeirante conseguiriam tal proeza. Alguns percursos, em dias chuvosos, por exemplo, a dificuldade para transpor é de qualquer pessoa.

Ao final do estudo, ações implementadas, institucionalmente, foram observadas em alguns poucos recursos de acessibilidade instalados nos diversos prédios existentes, tais como, banheiros adaptados, portas largas, elevadores, entre outros elementos. Alguns problemas encontrados podem ser considerados como atos de negligência administrativa, facilmente solucionáveis, como por exemplo, uma porta sempre fechada, passou a permanecer aberta. No entanto, banheiros adaptados permanecem entulhados de produtos de limpeza, como demonstração de desrespeito a todas as pessoas e não apenas aos alunos com deficiência. Ainda que o referido *Campus* seja um verdadeiro “canteiro de obras” há vários anos, tais situações poderiam ser evitadas.

Em todo o país, as universidades públicas federais enfrentam dificuldades decorrentes da escassez de recursos, e, mesmo com o processo de expansão que

vem se desenvolvendo desde o Governo Lula, a escassez de recursos ainda é sentida na comunidade universitária. Os recursos, quando recebidos, possuem aplicação específica, com rubricas predeterminadas, dificultando o seu uso em outras finalidades porventura surgidas. Isso faz com que as demandas fiquem limitadas, mas não impede que sejam estabelecidas novas condutas para o acolhimento aos alunos com deficiência.

Title: Physical accessibility in higher education - the inclusion trails

Abstract

This article aims to present a research outline developed in the Masters' Degree, having as theme the process of inclusion of students with disabilities in higher education. The time frame of the survey covered the period from the year 2003 to 2012. The study hypothesized that access for disabled students in higher education has not been accompanied by a restructuring that enables them to remain at the university. The study has sought to understand how entry and permanence of students with disabilities in higher education, specifically in presential mode graduate courses, of the UFG/Catalão Campus, from the time of the publication of the 3284 Ministerial Decree in 2003, which establishes accessibility requirements for people with disabilities to instruct the authorization and recognition of courses in higher education institutions, as well as for renovation of existing ones. Along with this fact, in that same year, began the process of expansion of IFES, which aims, among other objectives, to widen access to university. In order to diagnose the accessibility of routes a physical accessibility protocol was applied on defined routes keeping in view, the paths and the destinations most frequented by students. The implementation of the accessibility protocol provided real data regarding elements of physical accessibility which lack attention, in order to suit the needs of the new student body of the university. The calculated results indicated that there was little physical accessibility.

Keywords: Physical accessibility; Students with Disabilities; Higher Education.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050:2004**. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: jun. 2004. Versão corrigida 30.12.2005.
- AUDI, Eloisa Mazzini Miranda. **Protocolo para avaliação da acessibilidade física em escolas do ensino fundamental**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004. Resumo. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/#!/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado/educacao/dissertacoes/>>. Acesso em: 05 out. 2013.
- AUDI, Eloisa Mazzini Miranda; MANZINI, Eduardo José. Avaliação da acessibilidade física em escolas de ensino fundamental: um estudo para validação de um protocolo. In: **Reunião Anual da SBPC**, 57. Fortaleza/CE, 2005. Disponível em: <http://www.sbpnet.org.br/livro/57ra/programas/senior/RESUMOS/resumo_844.html>. Acesso em: 05 set. 2013.
- _____. Avaliação da acessibilidade em escolas de ensino fundamental: descrição da metodologia para elaboração de um protocolo. **Arquitextos**, São Paulo. Online, v. 81, 2007. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.081/274>. Acesso em: 24 out.2013.
- BRASIL. Lei 7.853 de 24/10/1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 25 out. 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm>. Acesso em: 11 mai. 2013
- _____. Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 dez. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em 20 abr. 2013.
- _____. Portaria n. 3.284, de 07 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 nov. 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2012.
- CORRÊA, Priscila Moreira. **Elaboração de um protocolo para avaliação de acessibilidade física em escolas da educação infantil**. 2010. 174f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2010. Disponível em: <http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bma/33004110040P5/2010/correa_pm_me_mar.pdf>. Acesso em: 23 out. 2013.
- CORRÊA, Priscila Moreira; MANZINI, Eduardo José. Um estudo sobre as condições de acessibilidade em pré-escolas. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.18, n.2 p.213-230, Abr.-Jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v18n2/v18n2a04.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2013.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação superior 2010** – resumo técnico. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2012.

LEITE, Flávia Piva Almeida. A promoção da acessibilidade para as pessoas com deficiência: a observância das normas e do desenho universal. **Revista Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 93, out 2011. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10604&revista_caderno=9>. Acesso em: 21 out. 2013.

MANZINI, Eduardo José. Inclusão e Acessibilidade. **Revista da Sobama**, dezembro, 2005, Vol. 10, n.1, Suplemento, p. 31-36. Disponível em: <http://www.grupos.com.br/group/poseducacao_ta2013/Messages.html?action=download&year=13&month=3&id=1363784547919620&attach=manzini%202005%20acessibilidade.pdf>. Acesso em: 21 out. 2013.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, set./dez., p. 387-405, 2006.

MOREIRA, Laura Ceretta. A inclusão do aluno com necessidades educativas especiais na universidade – limites e possibilidades. In: Seminário de Pesquisa em Educação – Região Sul, II, Curitiba/PR, 1999. **Anais...** Disponível em: <[http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/1999/Educacao_Especial/Trabalho/12_22_51_A_INCLUSAO_DO_ALUNO_COM_NECESSIDADES_EDUCATIVAS_ESPECIAIS_NA_UNIVERSIDADE__LIMITES_E_POSSIBILIDADES_\(1\).pdf](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/1999/Educacao_Especial/Trabalho/12_22_51_A_INCLUSAO_DO_ALUNO_COM_NECESSIDADES_EDUCATIVAS_ESPECIAIS_NA_UNIVERSIDADE__LIMITES_E_POSSIBILIDADES_(1).pdf)>. Acesso em: 04 fev. 2013.

_____. **Universidade e Alunos com Necessidades Educacionais Especiais**: das ações institucionais às práticas pedagógicas. 2004. 230 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 2004.

MOREIRA, Laura Ceretta; BOLSANELLO, Maria Augusta; SEGER, Rosangela Gehrke. Ingresso e permanência na Universidade: alunos com deficiências em foco. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 125-143, jul./set.. 2011. Editora UFPR.

SILVA, Vera Lúcia Ruiz Rodrigues da. **Modelo de protocolo para diagnosticar as condições de acessibilidade nas instituições públicas do estado do Paraná**. 2008. 94 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Centro de Ciências Sociais Aplicada, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel/PR, 2008.

PAULINO, Vanessa Cristina; CORREA, Priscila Moreira; MANZINI, Eduardo José. Um estudo sobre a acessibilidade física em nove Escolas municipais do ensino fundamental de uma cidade do interior paulista. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 8, n.1, p. 59-74, 2008. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/viewFile/160/147>>. Acesso em: 21 out. 2013

SILVA, Vera Lúcia Ruiz Rodrigues da; BONATTO, Selmo José. Modelo de protocolo para diagnosticar as condições de acessibilidade às instituições públicas do estado do Paraná. In: PEIXE, Blênio César Severo; MÜLLER, Claudia Cristina; HILGEMBERG, Cleise Maria de A. T.; MELATTI, Gerson Antonio; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; MACHADO, Hilka Pelizza Vier; LUIZ, Sérgio. (Orgs.) **Formulação e Gestão de Políticas Públicas no Paraná**: Reflexões, Experiências e Contribuições. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Edunioeste: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Paraná, 2010 - vol. 2, p. 215-232.

SOUZA, Bianca Costa Silva de. **Programa INCLUIR (2005 -2009)**: uma iniciativa governamental de educação especial para a educação superior no Brasil. 2010. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2010.